



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Cláudio Filipe Simão de Lima (em substituição de João Manuel Guerreiro da Conceição), Iolanda Alexandra Viveiros Melo (em substituição de Bárbara Maria do Amaral Correia), Deodato Martins João (Presidente da Junta de Freguesia de S. Salir) e Maria Margarida Renda Correia (Presidente da União das Freguesias de Querença/Tôr/Benafim);-----

1 Deputado Independente- Fernando Domingos dos Santos;-----

1 Deputado Municipal do CDS- António José Mendes Pinto Farrajota;-----

1 Deputado Municipal do BE- Carlos José da Silva Martins;-----

Também estiveram presentes o **Presidente da Câmara**, Vítor Aleixo e os **Vereadores**, Pedro Pimpão, Heloísa Madeira, Abílio Sousa, Ana Machado, Carlos Carmo, Marilyn Zacarias, José Graça e Irina Martins (em substituição de Horácio Piedade).-----

Não estiveram presentes, o senhor Vereador Horácio Piedade., que se fez substituir pela Vereadora Irina Martins.-----

Apresentaram pedido de suspensão de mandato:-----

Os **Deputados Municipais do PS**, Adriano Lopes Gomes Pimpão (Presidente da Assembleia), tendo o mesmo sido substituído respetivamente por Marco Jorge de Freitas Matos Ferreira, Hermes Luis de Brito Alberto, tendo o mesmo sido substituído respetivamente por Manuel Vitorino Correia Inácio e Fábio Miguel Cortes Nobre, tendo o mesmo sido substituído respetivamente por Márcio Alexandre Bandeira Fernandes. -----

O Deputado Carlos Filipe Gabriel de Sousa (Presidente da Junta de Freguesia de S. Clemente), comunicou impedimento em estar presente designando como seu substituto legal, ao abrigo do art.º 30.º, n.º3 do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, Luis Manuel Amélio Pinguinha.-----

Os **Deputados Municipais do PSD**, João Manuel Guerreiro da Conceição, tendo o mesmo sido substituído respetivamente por Cláudio Filipe Simão de Lima e Bárbara Maria do Amaral Correia, tendo a mesma sido substituída respetivamente por Iolanda Alexandra Viveiros Melo. -----

Para coadjuvar os trabalhos na mesa, nas funções de **1ª Secretária**, foi solicitada a colaboração da senhora deputada Sónia Alexandra Martins dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Santos Neves.-----

Tendo sido verificada pela Mesa da Assembleia a existência de quórum deliberativo, a senhora **Deputada Rosana Durão (Presidente por substituição)**, deu início à sessão.-----

Esta sessão de hoje é a continuação dos trabalhos que se iniciaram no passado dia 27 de Novembro, cujo Período da Ordem do Dia, já se tinha iniciado.-----

-----Ordem de Trabalhos-----

6-Período da Ordem do Dia;-----

b)- **Proposta 48/2019- Deliberação** relativa ao **Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2020**, de acordo com o disposto no artigo 25.º, n.º 1, alínea a) e artigo 33.º, n.º 1, alínea c) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro [Proposta da Câmara Municipal n.º 1798-2019] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

c)- **Proposta 49/2019- Deliberação** relativa aos **Compromissos Plurianuais - Ano 2020**, nos termos do estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, na redação atual; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1796-2019] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

d)- **Proposta 50/2019- Deliberação** relativa à **Proposta de Fiscalidade Municipal para o ano de 2020** (Fixação da Taxa de IMI, incluindo a redução da Taxa de IMI para as Freguesias do Interior e para famílias com dependentes; Fixação da percentagem referente à participação variável do IRS; Aplicação da Derrama sobre o lucro tributável e não isento de IRC); [Proposta da Câmara Municipal n.º 1770-2019] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

Após estas propostas terem sido apresentadas pelo Senhor Vice-Presidente, Pedro Pimpão, a Senhora **Presidente da Assembleia** (em substituição), deu início ao debate e discussão das mesmas, relembrando antes, os tempos para as intervenções de cada Grupo Municipal.-----

Pedi a palavra o Senhor **Deputado Calçada Correia (PS)**, dizendo que gostaria de evidenciar, o excelente Orçamento que o Executivo Municipal nos apresentou, e com efeito, o Orçamento para o ano de 2020 contempla de forma expressiva, medidas de natureza social, designadamente, na habitação, saúde, educação, nas áreas das infraestruturas, da economia, medidas na área energética e ambiental,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

na área da competitividade e desenvolvimento, mantendo uma política fiscal traduzida na mais baixa carga fiscal do País, e finalmente, assumindo de uma forma expressiva a descentralização, como o fim para garantir uma maior eficiência nos Serviços vitais para a população. Referiu, que temos um orçamento que nos orgulha, traduzido numa receita global de 108 milhões de euros e que, com a incorporação de reservas atinge os 160 milhões de euros. Disse que não podia deixar de realçar, a importância das receitas correntes que atingem quase 95% da receita total, ou seja, cerca de 102 milhões de euros, enquanto as receitas de capital representam 6 milhões de euros, e reside aqui uma das razões da nossa grande pujança financeira, situação que temos que preservar a todo o custo, com a manutenção de políticas de desenvolvimento e de atratividade empresarial e social. Disse também, que se constata aqui, o grande alcance e grande resultado da política fiscal, amiga dos munícipes e das empresas, que trabalham e estão sediadas no nosso Município, política fiscal esta, que foi adotada pelo nosso Município há 2 anos, e não pode deixar de referenciar também, o valor orçamental expresso pelas despesas de capital, cerca de 32 milhões de euros, representando cerca de 29,7% do total das despesas, e as despesas de investimento, que atingem neste orçamento, o expressivo valor de 25,3 milhões de euros, ou seja, 23,5% da despesa total, e uma nota também de apreço, para a transferência para as Freguesias, em cerca 4,2 milhões de euros, representando cerca de 4% do orçamento da despesa, e atingindo um aumento de 10% face ao ano transato. Quis fazer uma referência às *GOP* (*Grandes Opções do Plano*), que apresentam um valor de 115 milhões de euros para o ano de 2020, e que se traduzirá num forte apoio às pessoas e famílias, em áreas prioritárias, como a habitação, educação, saúde, intervenção social, mobilidade, qualidade de vida, entre outras. Como nota final, fez referências às Empresas Municipais, que no seu conjunto, as quatro Empresas Locais, as três Infras e a LC Global, apontam para receitas de 22 milhões de euros, resultados provisionais de 270.000 euros, investimentos de 4,8 milhões de euros e 312 trabalhadores. Referiu de que não há dúvida alguma, de que este orçamento é excelente, e que o ano de 2020 vai ser um ano de grande sucesso para o nosso Município.-----

De seguida usou da palavra o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, que relativamente à apresentação feita pelo Senhor Vice-Presidente, e depois de uma leitura ao sumário inicial ao preâmbulo do orçamento, verifica que o Senhor Vice-Presidente, teve o cuidado de enunciar todas as necessidades, carências, setores de atividade, com que este Executivo se debate, e que reflete um pouco os anseios e os desejos dos munícipes, e na realidade, esse sumário diz que apoia as pessoas e famílias, o acesso há habitação, a prestação de cuidados de saúde, benefícios nas vias de comunicação, melhoria no acesso ao abastecimento de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

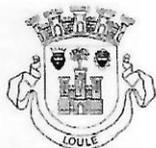
água, saneamento e esgotos, melhoria das áreas empresariais, eficiência energética, gestão de água, defesa da floresta, defesa às alterações climáticas, e desenvolvimento económico local, ou seja, não podia estar mais perfeito, mas o facto é que quando se olha para a concretização destes pontos, verifica-se que para além de um ou outro, ter sido na realidade desenvolvido com algum cuidado e com alguma profundidade, vê-se que na maioria deles, não se concretizam, dando alguns exemplos como, a melhoria ao abastecimento de água e esgotos, onde existe uma carência profunda, o acesso à habitação, embora até ao momento, apenas exista no papel, o Plano Estratégico para a Habitação, um projeto para a construção de fogos, mas a verdade é que neste momento a carência é absoluta, porque não existe habitação no Concelho de Loulé, o que de alguma forma está a castrar o desenvolvimento económico deste Município.-----

Sobre as áreas empresariais, apesar de ser também uma das bandeiras deste Executivo, de que quer melhorar as áreas empresariais, o facto é que já abateu a de Almancil, e a de Boliqueime estaria também dizimada se não fosse a Bancada do PSD.-----

Quanto à eficiência energética, verifica-se que por um lado fazem uma coisa e depois por outro lado fazem outra, porque a gestão da água é ineficaz.-----

Disse que, no que este Executivo é bom, é no papel, porque quando se trata de cumprir os objetivos, que se pretendem, eles não são alcançados, e como tal, o que gostaria de dizer é que o Grupo Municipal do PSD, está atento em relação ao que o Executivo diz no papel, e ao que faz efetivamente, tratam-se de promessas vãs e as pessoas pautam-se pelos atos e não pelas palavras.-----

Relativamente aos números, verificam que a política fiscal é um dos fatores que é benéfico a este Executivo, porque traz ótimas medidas que visam facilitar a situação financeira dos municípios e das empresas, todavia, era algo expectável e algo que se esperaria, porque depois do resultado e da liquidez que este Município tem, no entanto, pensa que esta política ainda podia ser mais ampliada, no sentido de que, tal como fazem noutros Municípios, dando o exemplo de Albufeira, que no período entre Outubro e Março, abdica de grande parte das licenças de ocupação da via pública, para permitir que estabelecimentos comerciais, sobretudo nas áreas turísticas, consigam estar abertos neste período, e consigam ter algum equilíbrio entre as suas receitas e as suas despesas, e esta era uma das medidas que podia ser desenvolvida por este Executivo, para dinamizar as áreas empresarias na restauração, e na área das empresas, vê-se que não existe nenhuma medida concreta, para que se atraia empresários ou desenvolvimento das empresas, não há um Polo Empresarial da parte da Câmara, como foi feito pela Câmara do PS, em Tavira, que teve a capacidade de poder construir um Polo Empresarial, e atrair empresas para desenvolverem a sua economia, trazendo empresas, com criação de emprego,



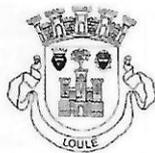
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

criação de postos de trabalho, criação de impostos, na realidade medidas que podem aumentar e dinamizar a economia do Concelho, porque é necessário multiplicar as recitas dos impostos pagos pelos munícipes e pelas empresas, e isso só acontece com ações concretas na área do desenvolvimento económico, porque quem cria riqueza, quem cria emprego, quem desenvolve a economia, é a atividade privada, as empresas.-----

Em suma, disse que temos um orçamento, que com a incorporação de reservas, será no próximo ano de 159 milhões de euros, sem a incorporação de reservas, cerca de 101 milhões de euros e os impostos diretos continuam a ser a grande fonte de receita da Câmara. Quanto às GOP, verifica-se que grande parte das obras emblemáticas deste Executivo, acabam sempre, ou em 2021, 2023, 2025, o que leva a crer que será mais uma grande promessa do Executivo, nomeadamente a Circular Norte, que só vai acabar em 2023 ou 2024, o Centro Cultural de Quarteira, só vai acabar em 2025, a rede de água e de esgotos de várias localidades, só terminam em 2023 e 2024, ou seja, o papel aguenta tudo, mas a paciência dos munícipes está a esgotar.-----

Foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Joaquim Vairinhos (PS)**, dizendo que apesar de reconhecer que é um ótimo orçamento, voltado para a cultura e para a educação, para a ajuda às famílias, o que é muito importante, e para o qual têm o seu apoio, queria colocar algumas questões, como a questão do fornecimento de energia, com cerca de 32 milhões de euros, porque numa altura em que estamos na descarbonização e com o problema das alterações climáticas, não entende como é que se gasta tanto dinheiro em energia, também o valor de 1 milhão de euros para a Igreja da Matriz, não entende o motivo, porque devia de haver participação por parte da Igreja, do Episcopado, e a seu ver devia era de haver uma aposta e um investimento nas Barragens do Interior, nas Lagoas de retenção de água, precisamente porque são muito importantes, e há mais alguns detalhes, como a requalificação dos espaços verdes, poderia melhorar-se bastante nesta área, e neste processo de descentralização, acha que as Freguesias deviam receber mais verbas, e que deviam ser abertas mais portas para novas funções nas Juntas de Freguesia, porque há a necessidade de dar mais autonomia e liberdade às Juntas de Freguesia, porque as populações ganhariam mais com isso.-----

Seguidamente usou da palavra o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, começando por dizer que gostou da apresentação feita pelo Senhor Vice-Presidente, Pedro Pimpão, e quanto à proposta de Orçamento e das Grandes Opções do Plano para o ano de 2020, verificou que tecnicamente está bem elaborada, devidamente fundamentada e mais transparente, já que determinadas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

verbas, são apresentadas pela primeira vez e por diferentes rúbricas. Sobre o seu enquadramento conjuntural, não há nada de extraordinário a apontar, a conjuntura económica do Município é muito favorável. O orçamento inicial aponta para um montante de cerca de 108 milhões de euros, passando após aprovação da sua 1.ª revisão, para um total de quase 160 milhões de euros, e o problema que se coloca, não são as grandes disponibilidades financeiras, mas tão só à incapacidade demonstrada nestes últimos 6 anos, na produção e análise de projetos, na elaboração dos processos de concurso, na fiscalização das obras por parte dos Serviços Camarários, mas também, na ausência de planeamento, na definição de uma estratégia global para o Município, e no estabelecimento de prioridades por parte da Câmara, para concretizar as ações previstas em termos de investimento e nas respostas concretas aos problemas das populações, e de um modo geral, foram pelo caminho mais fácil, fazendo obras que são da responsabilidade do Estado, substituindo obras feitas por outras idênticas, remendando e alterando projetos, repavimentando estradas e colocando pavimentos em caminhos rurais, para consumir dinheiro, e as prioridades estão e continuam invertidas, a intervenção mediática pública, por vezes exagerada, lançando ideias que não passam disso mesmo, e que são uma constante, a aposta na realização de grandes eventos, comprando pacotes já feitos, não importando os custos, são uma evidência, esquecendo o incentivo à imaginação e produção local. Algumas das preocupações do Bloco de Esquerda, para o Concelho, são de certa forma, coincidentes com o que é apresentado nesta proposta, deferindo grandemente, na escolha das opções e prioridades de investimento. Disse que considera, que se devia há já muito tempo, ter passado da fase discursiva para a ação, e o adiamento, ano após ano, da resolução de situações urgentes, hoje transformaram-se numa emergência municipal, como é o caso da ausência de habitação, e de equipamentos para o apoio à infância e à terceira idade, e respostas à mobilidade urbana, e na reunião havida com o Senhor Vice-Presidente, foram transmitidas estas preocupações, e o BE apresentou diversas propostas, como recomendação, à proposta que estava em curso, as quais não se encontram nesta proposta, apesar da receptividade demonstrada pelo Senhor Vice-Presidente, esperando o BE, que na próxima revisão sejam contempladas. O BE encontrou nesta proposta vários pontos comuns, em termos de objetivos e preocupações, no entanto recomenda maior celeridade e mais respostas. No apoio às famílias, disse que o Bloco de Esquerda apoia o desagravamento da carga fiscal, mas continua a insistir na melhoria das funções sociais da Autarquia, na construção de uma rede de equipamentos públicos, que deem respostas rápidas às necessidades prementes da população, como seja a ausência de creches, lares, habitação, educação, mobilidade, apoio e incentivos à natalidade, atribuição do subsídio de frequência de creche, isenção do pagamento de refeições escolares

Saminun



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

por parte dos alunos do pré-primário, e na adaptação às alterações climáticas, através de medidas proactivas, no domínio da eficiência energética, da energia renovável, da renovação progressiva da frota automóvel Municipal, e das Empresas Municipais, por viaturas elétrica. Também, na reabilitação da rede de águas, de forma a reduzir substancialmente as enormes perdas de água, e a parte não cobrada, assim como a substituição dos contadores por outros da nova geração, com leitura e faturação automáticas, maior eficiência no controlo dos consumos, com a instalação de contadores em todos os pontos de entrega de água. Na construção do passadiço litoral do Concelho e da envolvente da Lagoa do Almargem, assim como de ciclovias, que liguem a sede do Concelho às sedes de Freguesia, também na melhoria da rede viária, o fecho da Circular Norte e Sul, e nas interligações da cidade de Loulé, a variante de Almancil, o prolongamento da Avenida Atlântico em Quarteira, a construção de infraestruturas básicas, nos principais aglomerados, muitas delas bem perto de Vilamoura, e que foram notícia há 2 anos, bem como, apostar no desenvolvimento económico, através do apoio às empresas e no emprego com direitos. Referiu que o investimento na cultura, é grande, cerca de 21 milhões de euros, para diversas ações, com uma atividade cultural rica e diversificada, mas centralizada na Câmara, basta ler a Agenda Municipal, e é importante desmunicipalizar, sempre que houver estruturas particulares que o possam fazer, através de contratos-programa binais, como no desporto, dando maior segurança às estruturas de vocação profissional, quanto ao futuro da programação, e dos meios financeiros disponíveis, que são uma mais valia, para os concursos da Direção Geral de Artes. Sobre a centralização de competências já assumidas, de forma simplista pela Câmara, para 15 novas áreas de intervenção, o BE aconselha prudência e uma apreciação coerente, sobre as despesas reais que acarretam para o Município, em contrapartida pelo pacote financeiro que acompanha estas responsabilidades, esta entendida, como uma melhoria na eficácia nos processos, e da aproximação aos cidadãos, pois será o Município a gerir, mais diretamente as suas competências, o fator de proximidade, colocando a solução do problema, junto dos responsáveis pela decisão, é bom para os cidadãos, porque temos riqueza suficiente para garantir uma boa qualidade dos serviços, mas já na saúde, educação e justiça, o BE defende a universalidade dos direitos iguais para todos os cidadãos, independentemente do Município em que residem. Por último, disse que o BE está de acordo com o pacote fiscal, idêntico ao do ano anterior, e outra coisa não seria possível, tendo em conta, não só a ótima situação financeira, os excedentes superiores a 70 milhões de euros, para além de constituir uma promessa eleitoral do PS, de que disse não havia aumentos, mas referiu que a Câmara podia ter inovado mais, como foi a proposta do BE, de majorar os prédios e lotes devolutos, penalizando assim as casas fechadas e disponíveis no mercado do arrendamento,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

sem medidas concretas no âmbito da fiscalidade municipal, licenciamentos, taxas, na agilização dos processos e no alargamento dos prazos de concessão destes benefícios, jamais se conseguirá cativar os proprietários para os programas em curso, no âmbito da Estratégia Local de Habitação, e reabilitação urbana nas zonas históricas de Loulé e Quarteira.-----

Pedi novamente a palavra o Senhor **Deputado Calçada Correia (PS)**, dizendo que gostaria de clarificar algumas situações, e dirigiu-se ao Senhor Deputado Mário Botelho (PSD) que tinha considerado que a política fiscal era benéfica neste Município, mas que Albufeira tem uma política fiscal mais ampliada, mas isso não corresponde à verdade, dando um exemplo, que a política fiscal de Albufeira, no que diz respeito à devolução do IRS, não devolve 5% aos municípios, e referindo também as comparações feitas pelo Senhor Deputado, falou do Município de Faro, que em 2019, teve um orçamento de 39 milhões de euros, dos quais, as despesas com o pessoal, foram 15 milhões de euros, o rácio de despesas de pessoal sobre a despesa total, é de 40%, o rácio de despesas de pessoal sobre a despesa corrente, é de 51%, e no Município de Albufeira, que é o 2.º maior do Algarve, a seguir ao Município de Loulé, teve um orçamento em 2019, de 79 milhões de euros, em despesas correntes foram 61 milhões de euros, as despesas de capital 18,5 milhões de euros, mas teve despesas com o pessoal de 28,9 milhões de euros, tendo tido um rácio com as despesas de pessoal sobre a despesa total de 36%, o rácio da despesa com o pessoal sobre despesa corrente, foi de 47,5%, e no orçamento para o ano de 2020, o Município de Loulé, o rácio de despesa com o pessoal sobre a despesa total, é de 32,4%, e o rácio da despesa de pessoal com a despesa corrente de 34,3%, e o que disse o Senhor Deputado, contraria o que é a realidade.-----

Por outro lado, e respondendo ao Senhor Deputado Carlos Martins (BE), sobre a política fiscal, disse que o que foi aqui entendido, e é uma coisa que tem que ser entendida, é que esta política fiscal em termos de futuro, é um instrumento de desenvolvimento, e consegue ter um efeito positivo e de crescimento.-----

De seguida usou da palavra o Senhor **Deputado Fernando Santos (Independente)**, dizendo que queria subscrever a intervenção do Senhor Deputado Calçada Correia (PS), na parte técnica, porque infelizmente o Senhor Deputado do PS, esqueceu-se de falar na parte política.-----

Disse que há 2 anos atrás, tinha apresentado nesta Assembleia um requerimento, onde questionava o número de crianças que não tinham vaga nas creches, e fizeram-se estudos, inventaram-se estudos, disseram que a Câmara não tinha a obrigação/competência sobre essa tarefa, inventou-se tudo e mais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

alguma coisa, e agora aparece uma creche em Quarteira? Do nada? O que é que aconteceu? A verdade veio a cima, e a mentira não foi capaz de ser mantida.-----
Falando sobre outro assunto, referiu que os "novos escravos", de Quarteira, que provavelmente também existem noutras localidades do Concelho, ou seja, os imigrantes, mais uma vez estão abandonados neste orçamento, não há um exemplo de investimento neste orçamento para Quarteira, na área da habitação, e de onde vem o dinheiro, é onde não se dá direitos àqueles desgraçados, que vivem amontoados nos apartamentos, com fianças dos próprios patrões, que garantem o pagamento das rendas, e este Executivo tem que acabar com isto, porque este Concelho é um Concelho de sucesso, e não pode dar azo à nova escravatura em Quarteira, e provavelmente também em outros locais do Concelho, pedindo ao Executivo para acordar.-----

Foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Abel Matinhos (PS)**, dizendo que queria saudar o regime fiscal municipal, e que desde 2016 e 2017, nos temos tornado num regime, cada vez mais amigo das famílias, e das empresas, com a taxa mínima de IMI, com a isenção da Derrama, com a devolução de 5% do IRS aos munícipes, representando assim, um apoio direto às famílias, e assim, o Município está hoje mais forte, devido aos Executivos do PS, preocupados com a coesão social e com a coesão económica.-----

De seguida usou novamente da palavra o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, dizendo que gostaria de responder ao Senhor Deputado Joaquim Vairinhos (PS), quando o Senhor Deputado afirma que o Executivo PSD não fez nada de obras de saneamento básico e água, isso não é verdade, porque o PSD não é perfeito tal como o PS, mas para esclarecê-lo, disse que em termos de investimento em saneamento básico e de rede de água, o Executivo PSD, em 6 anos, investiu 24 milhões de euros em saneamento básico e na rede águas, e o Executivo PS, nos últimos 4 anos, investiu 479.000 (quatrocentos e setenta e nove mil euros), ou seja o Senhor Deputado Joaquim Vairinhos (PS), tem memória curta, e vem apregoar inverdades, que não refletem nada o que o Executivo PSD fez, e as verdades têm que ser repostas, e o Executivo PSD, fez o que o Executivo PS, nunca fará neste Município, e basta olhar para algumas obras para se ter essa noção, o Hospital de Loulé, renovação do Mercado Municipal de Loulé, entre muitas outras coisas, e a nota que quer deixar é que o Executivo PSD gastou 24 milhões de euros contra 479.000 euros do Executivo PS.-----

Sobre o que disse o Senhor Deputado Calçada Correia (PS), disse que fica perplexo quando o Senhor Deputado do PS, refuta números que são do Governo, porque é a PORDATA que diz, que numa relação de n.º de trabalhadores por cada 1.000 habitantes, o Município de Loulé, tem o dobro do Município de Lisboa, e em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

relação ao Município de Faro, tem mais do dobro, e quando se olha em comparação com o Município de Portimão, uma realidade muito semelhante à nossa, mas que tem 15 funcionários por cada 1.000 habitantes, enquanto o Município de Loulé tem 22 funcionários por cada 1.000 habitantes, e estes números não são uma invenção do PSD, mas factos dados pela PORDATA, e contra factos não há argumentos, e quando o PSD fala em valores absurdos de despesa, quando olha para o Município de Loulé, que em 2018 teve um custo de 429 euros por cada funcionário, e o Município de Faro teve 241 euros, ou seja, Loulé teve o dobro, não são números inventados, são números dados pela PORDATA, e que merecem ser consultados, e o Senhor Deputado do PS, não pode vir aqui lançar imagens daquilo que não é.-----

Foi dada a palavra ao Senhor **Deputado António Farrajota (CDS)**, que disse que iria ceder o tempo da sua Bancada ao PSD, uma vez que este esgotou o tempo e dada a importância das propostas em discussão, é preferível ceder o seu tempo ao Partido com o qual tem coligação que é o PSD. Contudo, quis deixar uma nota ao Senhor Deputado Joaquim Vairinhos (PS), que disse que durante 12 anos o Executivo PSD não fez nada, de facto pode ter pensado que queria dizer uma coisa diferente, mas a verdade é que o disse, está gravado, e não corresponde à verdade. Disse ainda, que uma coisa que o surpreendeu no mandato do PSD do Dr. Seruca Emídio, foi de que, pela primeira vez no Concelho de Loulé, numa estrada que vem do Supermercado (CONTINENTE) à Goldra, fez primeiro o saneamento básico e só depois é que alcatroou a estrada, ao contrário do que é habitual, que é fazer a estrada, e depois partir tudo para fazer o saneamento básico.-----

Pedi novamente a palavra o Senhor **Deputado Joaquim Vairinhos (PS)**, dizendo que na verdade não disse que o Executivo PSD não tinha feito nada, o que disse foi que, neste orçamento estão aqui obras de águas e esgotos da Maritenda, 4 Estradas, Boliqueime, S. Faustino, Alfuentes, Vale de Silves, Campina, Ribeiro, Sobradinho, Alfeição, Lagoa, Momprolé, etc, etc., e interrogou-se porque é que em 12 anos o Executivo PSD não fez estas obras? Porque de facto, todos os Executivos fizeram saneamento básico, e todos irão fazer, e a manutenção do que aí vem, e o que acha interessante é que a Freguesia de S. Sebastião, ficou esquecida em relação ao saneamento básico, e é nesse sentido que está a falar, assim como parte da Freguesia de Boliqueime, como tal, não diz inverdades, pode é falhar algumas questões, e esta questão que está aqui, mostra que durante algum tempo, o PSD nem sequer tratou do saneamento básico das suas Freguesias.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Usou da palavra o Senhor **Deputado Seruca Emídio (PSD)**, dizendo que a sua intervenção como era óbvio, tinha a ver com as referências que são sempre feitas relativamente ao passado, que já lá vai longo, já vão 6 anos desde que o PSD deixou a Câmara Municipal de Loulé, e parece que durante estes últimos 6 anos, houve um apagão no Concelho, e que durante o seu mandato nada foi feito, porque o PS só se refere ao que tem sido feito nestes 6 anos, e quando houve o Senhor Deputado Joaquim Vairinhos (PS), que também foi Presidente de Câmara, referir as carências no abastecimento de água e esgotos do Concelho, e quando o Executivo PSD, gastou em 12 anos, 80 milhões de euros em água e esgotos no Concelho de Loulé, e como era o Concelho de Loulé no tempo em que foi presidido pelo Senhor Deputado Joaquim Vairinhos (PS), em comparação com o que foi feito em 12 anos por si, pois gastou 80 milhões de euros em 12 anos e o Senhor Deputado do PS, ainda vem aqui fazer referência às carências, que infelizmente continuarão a existir.-----

Relativamente ao orçamento para o ano de 2020 e ao Plano de Atividades, disse que, mais do que uma apreciação técnica, que cabe aos técnicos fazerem, para ver se as contas estão bem feitas, também estamos aqui para fazer uma avaliação política, e na avaliação política, do seu ponto de vista, é preocupante, e é preocupante ver os Partidos de Esquerda e o Senhor Deputado Independente, fazerem referências a áreas, como a área social, a educação, o desporto, e se estivesse no lugar destes, ficaria preocupado, porque quando se fala na área social, questionou, quantos lares, quantas creches, foram feitos nestes últimos 6 anos? No desporto, disse que estes últimos 6 anos têm sido de decadência total, com o Estádio Municipal em decadência, relvados que não são recuperados, nem são feitos novos relvados, infraestruturas desportivas, zero, nada foi feito durante estes 6 anos. Na educação, ainda na última Sessão, estiveram aqui pais de crianças, a reclamarem a qualidade das refeições escolares. Na saúde, ainda há pouco acabou de ler, que os cirurgiões do Hospital Central do Algarve, recusam-se a trabalhar mais horas, porque não têm condições de trabalho, nem blocos operatórios, nem medicamentos, e os Centros de Saúde em geral, e a Saúde em geral, são o espelho da decadência a que chegou o País, inclusive agora que já se elegeu o alvo a abater, que é o Ministro das Finanças, já focalizam os ataques ao Ministro das Finanças, para desresponsabilizar o Partido Socialista, por aquilo que deu continuidade ao que o PSD fez, mas numa altura em que foi necessário fazê-lo, porque era imposto pela TROIKA, e o que se vê, é que se aproveitaram daquilo que o PSD foi obrigado a fazer, e a que deu a cara, para dar continuidade, e nem a coragem de assumir aquilo que estão a fazer, obviamente que também fica preocupado com o seu Concelho, porque iniciativas de grande dimensão a nível nacional e internacional, como o Rally de Portugal, o INUAF, a projeção que os Clubes tinham no desporto no Concelho de Loulé, onde é que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

estão? E com esta forma que tem, de expor os seus pensamentos, aconselharia a que, mais do que defender a nossa dama a nível político-partidários, deveríamos todos pensar em tornar o nosso Concelho, num Concelho melhor para todos.-----

Terminadas as intervenções por parte dos Senhores Deputados, a Senhora **Presidente da Assembleia** (em substituição), deu a palavra ao Executivo para prestar os esclarecimentos que julgar necessários.-----

Usou da palavra o Senhor **Presidente da Câmara**, que em resposta à questão do Senhor Deputado Fernando Santos (Independente), disse que este Concelho tem a maior consideração, por aqueles que abandonam os seus Países e que vêm para cá, e que vêm com o seu trabalho, e com as suas famílias, contribuírem para aumentar e criar riqueza, no nosso País, são trabalhadores imigrantes que recebem do Concelho de Loulé, e quando se dirigem a pedir apoio, há um organismo próprio, que os ajuda, e relativamente à questão da habitação, disse que este era um problema novo, recente, há 2 anos e meio, ainda ninguém falava de carências habitacionais, e este problema novo, está a ser atacado de uma forma sistemática, com uma Estratégia que levou tempo a ser pensada, com terrenos comprados, com projetos feitos, e que vai resolver esse problema, de uma forma consistente, agora uma matéria que leva tanto tempo a planear e a projetar, não pode ter soluções imediatas, dando o exemplo de obras pensadas há 2 anos e meio como, o Mercado de Quarteira, na Circular de Loulé, no Pavilhão Multiusos de Almancil, no Edifício da Saúde em Loulé, eram essas as preocupações do Executivo e que são as obras que vêm agora, depois, começou-se a pensar no problema da habitação e da falta de mais Escolas, e Infantários no Concelho de Loulé, são problemas recentes, e não se consegue resolver os problemas todos ao mesmo tempo.-----

Sobre o dito apagão dos últimos 6 anos, referido pelo Senhor Deputado Seruca Emídio (PSD), questionou se a nova Avenida de Quarteira era um apagão, assim como a conclusão da Fonte Santa, a estrada da Alfarrobeira de Loulé para Faro, toda a Avenida 5 de Outubro de Almancil? Os esgotos de Sta. Luzia, o Conservatório de Música de Loulé, a recuperação do Palácio Gama Lobos, os esgotos em Clareanes, Monte Seco, são um apagão? Disse que este Executivo PS, trabalhou, mas não pode é fazer tudo, há um apagão é no Senhor Deputado do PSD, que não quer ver o que todos veem.-----

Seguidamente foi dada a palavra ao Senhor **Vice-Presidente**, que começou por se dirigir ao Senhor Deputado Joaquim Vairinhos (PS), dizendo que a descentralização de competências para as Juntas de Freguesia, que é das



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

matérias mais importantes, e sobre a possibilidade de criar cada vez mais estruturas para as Juntas de Freguesia, disse que isso vai ser feito.-----

Sobre a questão relacionada com o apoio às empresas, e a questão das áreas empresariais, disse que está nas GOP, a intervenção que vai ser feita na área empresarial de Vilamoura, e está em curso uma revitalização da área empresarial de Loulé, iniciada no mandato anterior do PS, e agora este Executivo quis dar um impulso à área empresarial de Vilamoura, dado que necessita de renovar as suas infraestruturas, renovar a sua imagem, porque também só assim as empresas conseguem receber as pessoas, conseguem ter melhores condições de trabalho, e conseguem potenciar, em termos de competitividade externa, como tal, é um projeto que está a ser ultimado, em conjunto com a Empresa Municipal Inframoura, e que também está a ser apresentado aos empresários dessa área empresarial, e num futuro breve, será lançado o concurso para essa empreitada.-

Em relação à matéria referente à eficiência energética, deu o exemplo das coberturas das Piscinas de Loulé e Quarteira, que serão substituídas por coberturas com painéis fotovoltaicos, é importante, porque têm uma fatura energética extremamente elevada, e para as quais foram aprovados apoios comunitários para estas obras, que vão arrancar em breve.-----

Quanto à questão da habitação, disse que esta Assembleia concretizou uma Estratégia Local de Habitação, e este é o primeiro orçamento, onde efetivamente se está a colocar verba para essa Estratégia, e a questão dos trabalhadores, é uma questão que tem a ver com a escravatura moderna, existente em Portugal, e isso é uma matéria que está a atingir muitas pessoas, derivada da falta de mão de obra, dos ordenados e das condições de trabalho, a que a Autoridade para as Condições de Trabalho e a ASAE estão atentas, e que muitas ONG's, estão neste momento a estudar este fenómeno que chamam de escravatura moderna, e isto é uma matéria muito importante que está a ser estudada a nível político, que não passa só pela habitação, passa também pelas condições dos contratos de trabalho, condições de trabalho, condições relacionadas com os rendimentos, e com a própria saúde destas pessoas.-----

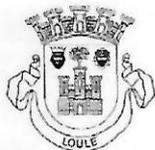
Sobre a questão levantada pelo Senhor Deputado Carlos Martins (BE), das matérias de descentralização que estão para o Município, deu o exemplo de uma delas, a cultura, que é a única coisa que vem da descentralização da cultura, é o Castelo, e que uma matéria que a Câmara já tinha despesa associada, nomeadamente através de funcionários, despesas de manutenção, portanto aquilo que vem, é aquilo que já tínhamos, e outra matéria a aflorar, são as estruturas de atendimento ao cidadão, tal como as lojas do cidadão, ou os espaços de cidadão para as Juntas de Freguesia, só se tornam efetivos, a partir do momento em que o Município e a Junta de Freguesia, pretende avançar com essa matéria, através de um Protocolo.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Outra matéria que quis referir, que é relacionada com o património imobiliário público sem utilização, também é uma questão que não traz despesa, nem receita associada, traz sim, é a identificação de eventuais imóveis, em que o Município esteja interessado e que o Estado Central também esteja interessado em trazer para o Município, e isso também é alvo de um Protocolo, entre o Município e o Estado Central. E em relação às outras matérias da descentralização de competências, disse que a única que tem despesa associada, e tem uma receita também associada, e que traz preocupação a este Executivo, é a matéria da saúde, que efetivamente é aquela que a partir de 1 de Janeiro de 2020, traz encargos e maior responsabilidade, e que são encargos de maior atenção, e pegando na matéria da saúde, falou também da questão dos Hospitais, mencionada pelo Senhor Deputado Seruca Emídio (PSD), assim como a questão dos profissionais, dizendo que não são da responsabilidade desta Assembleia Municipal, não são uma responsabilidade deste Executivo, e que agora tem havido muito alarido á sua volta, a única coisa que é da responsabilidade deste Executivo, na matéria da saúde, são atendimento, assistentes operacionais e recuperação dos imóveis. E quanto à questão levantada pelo Senhor Deputado Seruca Emídio (PSD), sobre a recuperação dos relvados, disse que não era verdade, porque a Câmara Municipal de Loulé, ainda este ano, contratualizou uma empresa externa, porque teve que o fazer, para a recuperação e manutenção do Campo n.º 1 de Loulé e do Campo de Quarteira.-----

Por último, falou sobre dinamismo económico do Município, em relação a vários eventos, e em relação ao INUAF, disse que era uma Instituição de Ensino Superior, muito importante, e que se espera que um dia, Loulé possa vir a ter uma Instituição de Ensino Superior, novamente, porque a cidade o merece, ou pelo menos um Polo da Universidade, nesta cidade, porque ele dinamiza uma quantidade de coisas, dinamiza do ponto de vista da educação, do ponto de vista da juventude, do ponto de vista da habitação, do ponto de vista profissional, e de toda a dinâmica da cidade de Loulé, mas que esta questão do INUAF, não é uma responsabilidade que a Câmara Municipal possa ter, a Câmara pode é criar as condições para trazer, e neste momento o dinamismo que esta cidade está a ter, está muito mais perto de vir a ter uma Instituição de Ensino Superior e um Polo dessa Instituição, do que estávamos há 6 anos atrás, e esta é a verdade do ponto de vista de dinamismo que temos tido, nomeadamente, na área da saúde, e quanto ao Rally de Portugal, disse que não atingiu Loulé, atingiu toda a Região do Algarve, e uma das razões porque o Rally de Portugal saiu do Algarve, é porque, simplesmente não tinha população, e uma das coisas pelas quais nos devíamos bater, e este Município tem feito, do ponto de vista até do trabalho regional, é captar população, captar pessoas, captar emprego qualificado, assim como outro



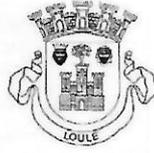
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

tipo de emprego, para que se possa ter, eventos que tragam ainda mais dinamismo em relação à Região e em relação ao Concelho de Loulé.-----

Pediu a palavra o Senhor **Deputado Hugo Nunes (PS)**, que sobre a intervenção do Senhor Deputado Seruca Emídio (PSD), disse que gostaria de esclarecer algumas coisas, e sobre a questão do Hospital de Faro, disse que de facto era verdade que os cirurgiões estão a não aceitar a fazer mais horas do que aquelas que legalmente deviam fazer, mas o Hospital de Faro continua a ter o serviço de cirurgia, 24 horas por dia, durante 7 dias por semana, mas quando o Senhor Deputado vai comparar o estado da saúde agora com o estado da saúde do Governo PSD/CDS, do Governo da TROIKA, o Senhor Deputado esquece-se de tudo, porque hoje a saúde tem mais médicos, mais enfermeiros, mais assistentes operacionais, é verdade que não chegam, e os tempos de hoje não são iguais aos tempos da TROIKA, e a diferença entre as duas Bancadas Ps e PSD, é que no tempo da TROIKA, o que o PSD fez, foi por gosto, e o PS nos tempos pós TROIKA, manteve as coisas por obrigação, e o Senhor Deputado do PSD, não assistiu, nem vai assistir, a situações que aconteceram no período áureo da TROIKA, porque naquela altura, houve pessoas a fazer greve de fome amarradas aos portões do Hospital de Faro, porque lhes negavam medicação para doenças crónicas, nomeadamente no caso de HIV, e relativamente à cirurgia, a idoneidade do Hospital de Faro foi perdida nessa altura, mas recuperada agora, e é com muita pena que o Senhor Deputado Seruca Emídio (PSD), não falou destas situações, e querer dizer que a situação de hoje é pior, não é verdade.-----

Também pediu a palavra o Senhor **Deputado Seruca Emídio (PSD)**, que dirigindo-se ao Senhor Deputado Hugo Nunes (PS), disse que nem o tempo do PSD, nem o tempo do PS, serão recordados como boas épocas, para se estar doente neste País, e aquilo que se passou no tempo do PSD, da TROIKA, não se orgulha de nada em termos de saúde, mas o que se está a passar agora, também não é bom e nem sequer devia ser comparado a essa altura, e com certeza, que o Senhor Deputado Hugo Nunes (PS), não anda na rua, ou não tem ninguém da família doente para ser tratado, porque o que se passa hoje em Portugal, é que se morre por falta de tratamento.-----

Foi concedida novamente a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara**, que sobre a questão da saúde, disse que gostaria de comentar a intervenção do Senhor Deputado Seruca Emídio (PSD), e sobre a expressão que este utilizou, da saúde estar num estado de decadência total, tentando criar a ideia de que há uma inação total e o abandono das políticas de saúde, por parte do Governo atual e concretamente deste Executivo Municipal, mas lembrou o seguinte, de que

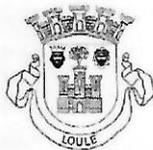


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

quando o Partido Socialista foi Governo, foi assinado para Loulé, um Protocolo entre, na altura o Presidente da ARS, Dr. Rui Lourenço e o Senhor Deputado Seruca Emídio (PSD) que era na altura Presidente da Câmara, e a seguir o Governo mudou, para um Governo do PSD, e o que é que aconteceu a esse Protocolo que responsabilizava a Câmara, por construir uma Unidade de Saúde Familiar para substituir aquela que está hoje onde muito bem sabemos, instalada em contentores, e isto é verdade, está escrito, o Senhor Deputado Seruca Emídio (PSD), meteu na gaveta esse Protocolo, e não aconteceu nada, porque o PSD quando foi Governo, destruiu sistematicamente o SNS (Serviço Nacional de Saúde), e se hoje temos tantas dificuldades na área da saúde, é porque estamos ainda a apanhar os cacós daquilo que o PSD partiu, e concretamente em relação a Loulé, agora, quando tirou o Protocolo da gaveta, tem um projeto praticamente concluído, para instalar lá a Unidade de Saúde Familiar, o ACES Central, uma Unidade de Cuidados à Comunidade, tudo isso vai ser construído no Município de Loulé, mas é por iniciativa deste Executivo Municipal, não pelo Executivo do Senhor Deputado, e foi o Senhor Deputado que assinou o Protocolo, e não ligou nenhuma a esse dossier, tão importante para a saúde dos Louletanos.-----

Por último, pediu a palavra o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, dizendo que de facto a saúde nunca esteve tão mal como no tempo do PSD/CDS, mas agora no tempo do PS, poderia estar muito melhor, mas apresenta muitas carências que os utentes e os profissionais não entendem.-----

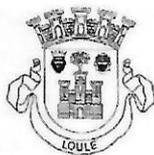
Relativamente ao orçamento, disse que o BE concordava com o apoio às empresas, mas o Executivo podia ter ido mais longe, porque muitas Câmaras neste País, aplicam as mesmas taxas e majoram casas devolutas, reduzem as taxas de licenciamento e as taxas de saneamento, dando o exemplo da Câmara Municipal de Gaia, e atribuem subsídios às famílias no acesso às creches e refeições escolares, como o caso da Câmara Municipal de Albufeira, e dão incentivos à natalidade, e não se percebe, como é que passados 6 anos, o PS ainda anda a acabar as obras do PSD. Disse também, que não pode concordar com a afirmação do Senhor Presidente da Câmara, de que a falta de habitação é um problema novo, de há 2 anos, esta afirmação revela ignorância nesta matéria, porque o assunto, desde que tomou posse no 1.º mandato, é um problema sério, quer a reabilitação urbana como a falta de habitação, e no seu entender, o problema é mais um erro de planeamento, porque o PS deu prioridade a outras áreas, pensou em tudo menos na habitação, e nestes últimos 6 anos, passaram neste Município, mais de 700 milhões de euros para serem gastos em 6 anos, e é claro que dava para fazer coisas nesta área.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Dirigindo-se ao Senhor Vice-Presidente, disse que não tinha falado da cultura, mas sim da saúde, educação e justiça, como áreas que o BE considera de universais .-----

Em relação ao orçamento, disse que o mesmo assenta, inicialmente em quase 106 milhões de euros, dependendo essencialmente das receitas correntes, impostos diretos, e de capital, e poderiam ter aumentado o volume das receitas em 3,5 milhões de euros, caso fosse aplicada a taxa turística em 2020, e enquanto as despesas correntes crescem, as de capital e investimentos têm uma retração para níveis abaixo dos de 2017, e as despesas com o pessoal e reforço dos meios humanos, prevê um aumento substancial das despesas com o pessoal, incorporando mais técnicos, e engrossando a estrutura local, que o BE espera que contribuam para uma maior eficiência dos serviços camarários, apesar do BE ter algumas dúvidas, já que o argumento invocado deve-se à descentralização de competências, a melhoria da eficiência, deve estar também na formação das pessoas, nas já existentes, e nas novas, porque o aumento de pessoal, só por si, não é sinónimo de acréscimo de eficiência, é preciso readaptar as pessoas, e dos processos, costuma ser a melhor opção. Quando 78% da receita corrente, é para cobrir despesas correntes, sobra muito pouco para investimentos, e sendo certo que após a integração das reservas existentes, 52 milhões de euros, o orçamento passará para cerca de 160 milhões de euros, aumentando significativamente a capacidade de investimento camarário para quase 80% em 2020, e tendo em conta, as debilidades existentes nos serviços técnicos, aliados à fraca qualidade dos convidados empreiteiros, o BE tem infelizmente muitas dúvidas, que os projetos e obras, sejam possíveis de serem uma realidade no próximo ano. Referiu também, que o equilíbrio orçamental está garantido, conforme demonstrado, já no que diz respeito às Empresas Municipais, o BE tem dúvidas, e que tenham as receitas necessárias para cobrirem as despesas. Também falou da distribuição da despesa, que no seu entender, deveria ser melhor ponderada, por cada um dos setores que julga serem os mais prioritários, habitação, funções sociais, mobilidade e clima. Por fim, disse que se olhar para as Grandes Opções do Plano para 2020, vê-se que os valores para a habitação são razoáveis, mas mesmo assim, a este ritmo, não vai ser possível apresentar trabalho feito, até ao final do mandato, e se queremos cativar as pessoas e a mão de obra qualificada para residir no Concelho de Loulé, é urgente investir, e sem oferta de habitação a preços acessíveis, sem uma política de apoio ao rendimento e à reabilitação urbana, sem creches para pôr os filhos e apoio à natalidade, serão muito poucas as famílias, os professores, os profissionais de saúde e outros, que se aventuram, optando por ficar onde estão, muitos nas casas dos seus pais, e igualmente, tem que se investir na melhoria da vida ativa, nas respostas em equipamentos para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

uma população envelhecida e com uma esperança de vida cada vez mais elevada.---

Terminadas todas as intervenções, e dando continuidade aos trabalhos, a Senhora **Presidente da Assembleia** (em substituição), passou de seguida à votação das propostas separadamente:-----

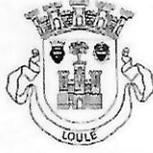
Pediu a palavra o Senhor **Deputado Costa (PS)**, invocando impedimento na votação das alínea b) e c).-----

Passou-se à votação:-----

b)- Proposta 48/2019- Deliberação relativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2020, de acordo com o disposto no artigo 25.º, n.º 1, alínea a) e artigo 33.º, n.º 1, alínea c) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro [Proposta da Câmara Municipal n.º 1798-2019] (plataforma smartgov.cm-loule.pt), foi votada e aprovada por maioria, com 25 votos a favor, 23 (PS) e 2 (PSD), Margarida Correia, Presidente da União de Freguesias Querença-Tôr-Benafim, e Deodato João, Presidente da Junta de Freguesia de Salir, 10 abstenções (7 do PSD, Deputados Seruca Emídio, Mário Botelho, Maria José Vasques, Ricardo Lampreia, Duarte Duarte, Cláudio Lima e Iolanda Melo, 1 do BE, Deputado Carlos Martins, 1 do CDS, Deputado António Farrajota, 1 do Deputado Independente, Fernando Santos), e 1 impedimento do Deputado Carlos Costa (PS).-----

c)- Proposta 49/2019- Deliberação relativa aos Compromissos Plurianuais - Ano 2020, nos termos do estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, na redação atual; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1796-2019] (plataforma smartgov.cm-loule.pt foi votada e aprovada por maioria, com 26 votos a favor, 23 (PS), 2 (PSD, Margarida Correia, Presidente da União de Freguesias Querença-Tôr-Benafim, e Deodato João, Presidente da Junta de Freguesia de Salir), e 1 Deputado Independente Fernando Santos, 9 abstenções (7 do PSD, Deputados Seruca Emídio, Mário Botelho, Maria José Vasques, Ricardo Lampreia, Duarte Duarte, Cláudio Lima e Iolanda Melo, 1 do BE, Deputado Carlos Martins, 1 do CDS, Deputado António Farrajota), e 1 impedimento do Deputado Carlos Costa (PS).-----

d)- Proposta 50/2019- Deliberação relativa à Proposta de Fiscalidade Municipal para o ano de 2020 (Fixação da Taxa de IMI, incluindo a redução da Taxa de IMI para as Freguesias do Interior e para famílias com dependentes; Fixação da percentagem referente à participação variável do IRS; Aplicação da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Derrama sobre o lucro tributável e não isento de IRC); [Proposta da Câmara Municipal n.º 1770-2019] (plataforma smartgov.cm-loule.pt), foi votada e aprovada por unanimidade.-----

Pediu a palavra o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, dizendo que iria fazer chegar aos Serviços da Assembleia, uma Declaração de Voto, assim como um conjunto de recomendações que foram feitas, na Reunião com o Senhor Vice-Presidente, sobre a questão do orçamento.-----

Prosseguindo a Ordem de Trabalhos, passou-se ao ponto seguinte:-----

e)- **Apreciação da Informação Semestral do Auditor Externo**, nos termos da alínea d), do n.º 2, do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, na redação atual; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1795-2019] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

Sobre esta proposta, foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente, dizendo que na Sessão do dia 27 de Novembro, esteve presente o Revisor Oficial de Contas, o Dr. Raul Fernandes, disponível para responder, mas hoje como não está presente, caso surjam questões, serão registadas e que posteriormente serão respondidas por ele, contudo e do ponto de vista da leitura desta Informação Semestral, não há recomendações a registar no Relatório do Auditor Externo.-----

Não havendo mais intervenções sobre esta proposta, a Senhora **Presidente da Assembleia** (em substituição), deu por **apreciada esta alínea**.-----

Seguidamente a Senhora **Presidente da Assembleia** (em substituição), deu por terminada a Sessão, e nada mais havendo a registar, foi lavrada a presente Ata, que depois de discutida e aprovada será assinada nos termos legais e regimentais.-----

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A 1ª SECRETÁRIA _____

A 2ª SECRETÁRIA _____





DECLARAÇÃO DE VOTO
ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2020

Considerando que:

Após seis anos de gestão do PS à frente dos destinos do Município, de ter havido uma arrecadação de receitas num valor superior a 700 milhões de euros, resultando nalguns anos, na geração de avultadas reservas e saldos nas contas de gerência, de ter garantido o aumento do número de vereadores a tempo inteiro, de ter aumentado o mapa de pessoal e estrutura orgânica dos serviços municipais, criando muitos mais chefias, tornou-se evidente que o funcionamento dos serviços não corresponderam às expectativas dos cidadãos e investidores, quer na facilidade de atendimento, na rapidez das respostas ou no tratamento adequado na área do planeamento e na aprovação dos projetos, é-nos apresentado uma proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2020, onde se repetem promessas, constam mais projectos e ideias, sabendo que muitos deles, não tem quaisquer possibilidades de virem a ser realidade no próximo ano e muitos menos, são apresentadas obras em fase de conclusão.

Esperávamos nós e os louletanos, que durante todos estes anos se tivesse projectado o futuro deste concelho e que, neste ano iríamos o colher o fruto desse trabalho.

Mas não! Não temos habitação para entregar, não temos vagas nem mais creches para os nossos filhos/netos, não temos vagas no pré-primário, e quando deveríamos ter boas instalações as crianças são alojadas em contentores provisórios.

Não temos lares, nem centros de dia e os sem abrigo continuam a dormir na rua. E também, não temos soluções no âmbito da protecção animal.

Mas nem tudo foi mau, temos todo o ano muitos eventos e animação, distribuído muito subsídio, alguns investimentos na reabilitação de edifícios, muitos gastos na re-pavimentação de estradas e caminhos rurais, ora assumindo obras da responsabilidade do Estado e ainda, avançam com projectos megalómanas sem quaisquer estudos de sustentabilidade económica.

O mesmo se passa em sectores importantes para o desenvolvimento económico e social e na construção das cidades ambientalmente sustentáveis.

A circulação rodoviária em Loulé é um caos diário, o fecho da Circular Norte é sistematicamente adiado e a Sul, nem sequer é apresentado uma ideia para resolver a situação.

Em Quarteira e Almancil, “as jóias da coroa” deste concelho a desilusão é enorme, apresentam projectos que são alterados, adiados e tudo continua a marcar passo lento. Na educação e cultura, habitação e reabilitação urbana e



Samsun

noutros equipamentos, por ausência dos mesmos, são motivos do seu grande desapontamento.

Enquanto isto, o Interior continua cada vez mais esquecido, abandonado e mais deserto, sem pessoas e actividades.

Num orçamento superior a 160 Milhões de euros (após inclusão das reservas), verificamos que as opções de investimento nele vertido, são manifestamente insuficientes: para dar respostas à emergência habitacional existente, pelo menos, as mais de 50 famílias identificadas pelos Serviços Sociais da CML como a viver em garagens, estruturas precárias e indignas, apesar de na Estratégia Local de Habitação estar delineada, tinham que ser urgentemente resolvidos; no aumento da rede municipal de equipamentos sociais; numa atitude proactiva em medidas para minimizar as alterações climáticas apostando na produção de energia renovável e da eficiência energética.

Na resolução das necessidades em intra-estruturas básicas (saneamento e águas), nas vias de circulação primárias, mobilidade e transportes públicos e numa rede de ciclovias.

Verificamos também, continua a não existir uma política de distribuição das despesas que tenha em conta aos factores da subsidiaridade e da solidariedade no concelho, já que, grande parte está destinada ao litoral e sede concelho e muito pouco, para o interior.

Durante o processo de audição prévia, tivemos oportunidade de apresentar diversas sugestões e recomendações para inclusão no Orçamento. Esperando que sejam acolhidas na próxima revisão do orçamento.

Por fim,

Registamos com agrado que os objectivos e prioridades deste Orçamento são coincidentes, com algumas das nossas preocupações e necessidades das populações, ma temos muitas dúvidas, que os investimentos previstos sejam executados, tendo em conta à incapacidade e competências demonstradas pelo serviços técnicos da câmara e na indefinição de uma estratégia global e da inexistência de um planeamento atempado para o concelho, por parte da actual liderança política. Agravado ainda, pela manifesta incapacidade e falta de qualidade de trabalho dos actuais empreiteiros.

Estamos satisfeitos com o reforço das verbas para admissão de novos quadros/técnicos especialistas, esperando uma aposta séria na valorização dos trabalhadores, motivando-os e enquadrando-os em função das suas competências, assim como, na proposta do desagravamento na fiscalidade municipal ao nível do IMI e IRS que irão beneficiar muitas famílias, e não aplicação da Derrama às Empresas.

Que o formato e o conteúdo discursivo que temos neste documento é a continuidade de uma lógica pouco consistente com a tradição socialista, de resultados insuficientes para o concelho e para aquilo que se espera do município, em particular na resolução dos graves problemas sociais que ainda persistem no nosso concelho.

O Orçamento apresentado, fica muito aquém do que seria desejável, nomeadamente nas áreas apontadas como prioritárias pelo executivo. Tendo em

consideração ao exposto o Bloco de Esquerda não pode votar a favor deste Orçamento e GOP para 2020, optando pela ABSTENÇÃO.

Loulé 2 de Dezembro de 2019



Grupo Municipal do Bloco de Esquerda

(Carlos José da Silva Martins)

PROPOSTAS DE RECOMENDAÇÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2020.

A Câmara Municipal de Loulé é o órgão autárquico executivo deste concelho e cabe-lhe promover o desenvolvimento do município em todas as áreas da vida, como a saúde, a educação, a ação social e habitação, o ambiente e saneamento básico, o ordenamento do território e urbanismo, os transportes e comunicações, o abastecimento público, o desporto e cultura, a defesa do consumidor e a proteção civil. Tendo como Missão: “Definir e executar políticas tendo em vista a defesa dos interesses e satisfação das necessidades da população local”.

Como tal, tem obrigação de fazer uma gestão equilibrada, dos dinheiros públicos, da riqueza acumulada com o contributo dos cidadãos e das empresas e uma redistribuição com equidade por todas as áreas de intervenção estabelecendo as necessárias prioridades consoante as necessidades mais prementes da população.

. Consideramos que o previsto nos Orçamentos para 2018/19, ficaram muito aquém do que seria desejável 2018/19 na vertente Reabilitação Urbana e Habitação, particularmente em Loulé e nas populosas freguesias de Quarteira e Almancil, bem como continua a não responder à defesa e melhoria dos serviços públicos, fazendo tábua rasa dos compromissos pré-eleitorais assumidos sobre a criação do Provedor do Município, um combate efetivo aos fenómenos de pobreza e de exclusão que persistem no Concelho, à carência das necessidades de novas Creches, Centros de Dia e Lares para Idosos públicos, Transporte e Comunicações no interior e ao aumento assinalável do bem-estar dos cidadãos, com políticas de proximidade, ambientalmente sustentáveis, nomeadamente na recuperação das ribeiras, da Lagoa do Almargem e na revitalização dos centros de interpretação da fauna e da flora das diversas ribeiras e no combate *as alterações climáticas.

A taxa de execução dos compromissos assumidos, foi muito baixa e desconhece-se efectivamente quais as principais causas. Muitos projectos não saem do papel ou são adiados consecutivamente. Consideramos que a cativação de verbas no orçamento e obras nas GOP foi muito importante, mas nunca sabemos quando serão feitas.

Continuamos sem um cronograma que explicita em pormenor aquilo que se pretende fazer em cada ano e por rubrica, torna-se tudo menos transparente e de menos facilidade de análise.

De acordo com a Lei 75/2013 e do Regimento da Assembleia Municipal, vem o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, apresentar as seguintes propostas de recomendação ao Orçamento Municipal e às Grandes Opções do Plano para 2020, assim:

Proposta 1 - Transformar a estrutura do Orçamento, tornando-o mais transparente, de fácil consulta e rigor, de forma a facilitar a sua apreciação e análise pelos membros da Assembleia Municipal.

Na rubrica de eventos, deveriam constar todos os eventos municipais, discriminando as verbas orçamentadas para cada um deles, custos e proveitos, por exemplo: Carnaval, Noite Branca, Med, Loulé Summer, Feira de Verão de Quarteira, etc;

Proposta 2. Abertura de rubrica e dotação de verbas para Reforço de investimento nas políticas sociais, educação, habitação e incentivo à natalidade AGORA e não daqui a 10 anos;

Proposta 2.1 - Criação de uma rede municipal de equipamentos nas zonas urbanas mais carenciadas, (creches, infantários e **centros de dia, lares** ou centros apoio sem abrigo) nomeadamente na Sede do Município, Almancil e Quarteira (projectada uma creche);

Proposta 2.2 - Construção de uma residência para estudantes universitários, localizada na freguesia de Almancil; A proposta do BE terá colhido frutos, mas continuamos a não saber para quando.

Proposta 2.3 - Atribuição de um complemento/subsídio de nascimento para todos os bebés nascidos no concelho de Loulé em 2020, como incentivo à natalidade, nos termos do Regulamento a criar: 1º filho – 2.000, 2º filho – 2.500 e 3º filho (e seguintes) – 3.000 euros, Apoio ao pagamento creches. Isenção do pagamento de refeições escolares no pré-primário.

Proposta 3- CAUSA ANIMAL

Dotação de verbas para deslocalização do **Canil Municipal** da zona urbana da cidade, para aquisição de terreno e construção de um novo canil até ao final de 2020; Promoção de Campanhas de esterilização/vacinação de animais de estimação; Dotar os actuais serviços de melhores condições para os animais e reforço com admissão de mais técnicos e veterinário; Evitar por todos os meios o abandono dos animais, promovendo a saúde pública e o seu acolhimento temporário com vista à adopção.

Agilizar os procedimentos e apoiar as Associações que se dedicam à causa animal, procedendo à sua legalização no âmbito da revisão do PDM.

Proposta 4- O PROVEDOR DO MUNICIPE.

Continuamos a insistir na dotação de verba para instalação do Provedor do Municípe, um compromisso assumido publicamente pelo PS em 2017; E na melhoria das condições de trabalho e de acesso à instalações da AM, nomeadamente para pessoas com mobilidade reduzida e

Proposta 5 – REABILITAÇÃO URBANA E HABITAÇÃO

Concretizar com carácter URGENTE a questão da conclusão do **CADASTRO do Concelho de Loulé**.

Por em prática a Estratégia Local de Habitação. No orçamento e GOP estão inscritas verbas para diversos problemas de habitação. Torna-se necessário a apresentação de um programa contendo os objetivos a atingir até ao final deste mandato e quantos fogos pretendem construir ou adquirir. 1400 Famílias é um número muito vago e o prazo muito dilatado (10 anos). Exigi-se respostas rápidas nos 50 casos identificados como urgentes pelos Serviços Sociais da Câmara.

Propusemos no ano anterior e voltamos a propor:

. A criação com urgência do **Gabinete de Apoio Local à Habitação**, dotado de técnicos e procedimentos simples para dar respostas céleres da iniciativa Municipal ou dos privados, no domínio dos programas de **Reabilitação Urbana e da Habitação** nas suas diversas valências (arrendamento apoiado, carenciados ou custos controlados), que tenha por missão, entre outras tarefas:

- a) Levantamento exaustivo dos terrenos municipais e imóveis camarários e de loteamentos aprovados e “parados”;
- b) aquisição de imóveis desocupados ou degradados nas zonas históricas e centro da cidade.
- c) Potenciar novos empreendimentos e estabelecer parcerias com o sector cooperativo;

Proposta 6 – CONSTRUÇÃO DE UM CREMATÓRIO E UM LOCAL PARA AS CERIMÓNIAS FÚNEBRES.

Abertura de rubrica e definição de verbas para aquisição de terreno e projeto, com vista há construção de um **Crematório** de âmbito regional;

Proposta 7 - ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS.

Neste orçamento estão previstas algumas medidas nesta área, seria importante a apresentação da sua calendarização e objectivos para cada ano, de forma a aferirmos da verdadeira preocupação ambiental do município para os próximos anos e da redução da pegada ecológica.

. Por em prática programas e investimentos dirigidos à eficiência energética, na tecnologia led e na energia renovável;

. Renovação progressiva da frota automóvel municipal e das empresas municipais, por viaturas a gaz ou eléctricas; Construção de novas ciclo vias e do passadiço em toda a extensão do Litoral do concelho;

. Reabilitação da rede pública de abastecimento de água e retirada dos actuais contadores de água, substituindo por outros da última geração, com maior eficácia no controlo dos consumos, racionalização e perdas e na elaboração automática da factura;

. Imperioso estabelecer um **Programa de montagem de contadores em todos os pontos de entrega de água, quer sejam instalações públicas, mercados, escolas, serviços para rega de jardins, campos desportivos, IPSS e associações culturais, desportivas e recreativas de forma a termos uma gestão correta deste bem essencial que é a Água;**

Proposta 8 – CULTURA

A CML propõe um Investimento de cerca de 21,3M€ em diversas acções como a musealização dos banhos islâmicos, melhorias na Igreja Matriz de Loulé, projecto Quarteirão Cultural, geoparque mundial, programação de espaços culturais e outros já referidos anteriormente (FOME, BIENAL). Salientam-se os projectos do Centro de Educação e Cultura de Quarteira.

Esta é uma verba significativa.

. **"Desmunicipalizar"** sempre que houver estruturas particulares que possam fazer. Não sem controle, mas com **CONTRATOS-PROGRAMA bienais** (como no desporto). Estes contratos para além de darem alguma segurança às estruturas de vocação profissional (quanto ao futuro da programação e dos meios financeiros disponíveis), são uma valia para os concursos da Direcção Geral das Artes pois são fatores valorizados na apreciação das propostas.

. Apresentar espectáculos de pequeno formato alternativos à programação do Cine-Teatro, exposições, debates e formação.

. **A actividade cultural em Loulé é rica e diversificada mas está centralizada organizativa e politicamente na Câmara (basta ler a Agenda Municipal)** quando já há agentes culturais que podem fazer contribuir para essa diversificação. Esta centralização, que alimenta "o aparelho", inibe o desenvolvimento da actividade cidadã e permite o controle burocrático e político por imposição de uma "linha" ideológica que subjaz às manifestações culturais.

. Há falta de um espaço para residências artísticas, onde seja promovida a criação artística com intercâmbios entre artistas locais, jovens e população residente com a direcção de criadores convidados.

. Um programa melhor para levar espectáculos, workshops e cinema às aldeias e vilas do concelho. Descentralizar e promover os grupos locais culturais ao longo do ano.

. Dinamização do comércio local com iniciativas artísticas, bem pensadas, por exemplo, temáticas.

. Levar as crianças das escolas mais ao cinema, ao teatro, aos concertos, subsidiando a CML todas as crianças, que iriam gratuitamente sempre que fossem acompanhadas por um adulto, sendo que o adulto pagava. Precisamos de criar novos circuitos culturais. Precisamos de investir na educação para a cultura em idade precoce.

Proposta 9 – Vias de Comunicação

. Reabilitação das estradas existentes no centro urbano de Loulé, com instalação de passeios e passadeiras;

. Reabilitação da EN270 da rotunda das Barreiras Brancas até Apra;

. Avançar com os projectos e inicio de obra até finais de 2020, para interligação da rotunda da Fonte da Pipa, na direcção nascente e poente. Assim como, o projecto para fecho da Circular Sul.

Proposta 10 – Aplicação da Taxa Turística em 2020, após aprovação do Regulamento.

Nota final:

Prevê-se um aumento substancial das despesas com o pessoal, incorporando mais técnicos e engrossando a estrutura local. Se será eficiente? Temos algumas dúvidas, uma vez que a justificação para tal é a mesma utilizada para tudo: a descentralização dos serviços.

A melhoria da eficiência deve estar, também, na formação das pessoas já existentes nos serviços e não vemos Formação Contínua nas rubricas. O aumento de pessoal, só por si, não é sinónimo de acréscimo de eficiência. Readaptação das pessoas e dos processos costuma ser a melhor opção.

Loulé, 29 de Novembro de 2019

Grupo Municipal do Bloco de Esquerda



Carlos José da Silva Martins